

## **Correlatos Valorativos do Preconceito Religioso: Um Estudo em uma Escola Pública Estadual**

*Thiago Antonio Avellar de Aquino\**, *Valdiney V. Gouveia* & *Diego Messias da Silva*

Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil

*Joilson Pereira da Silva*

Universidade Federal da Sergipe, Sergipe, Brasil

### **RESUMO**

O objetivo do presente estudo foi conhecer em que medida e direção os valores humanos se correlacionam com o preconceito religioso. Porém, previamente demandou-se construir e conhecer evidências de validade da Escala de Tolerância Religiosa (ETR). Participaram da pesquisa 200 estudantes do ensino médio de uma escola pública de João Pessoa (PB), com idade média de 17 anos ( $dp = 2,12$ ), a maioria do sexo feminino (58%). Estes responderam a ETR, o Questionário dos Valores Básicos e perguntas demográficas. Os resultados indicaram correlação negativa entre as subfunções valorativas experimentação e suprapessoal com as pontuações do fator geral de preconceito religioso. Por outro lado, observou-se correlação positiva entre estas pontuações e a frequência com que os jovens participavam de atividades de sua igreja. Estes resultados foram discutidos levando em conta a concepção clássica do preconceito, destacando a importância da teoria funcionalista dos valores para explicá-lo. Finalmente, ressalta-se a importância do ensino religioso como uma alternativa para amenizar este tipo de preconceito.

*Palavras-chave:* preconceito; religião; valores; teoria funcionalista.

### **ABSTRACT**

#### **Value Correlates of Religious Prejudice: a study in a public state school**

This study aimed to understand the extent and direction of the human values are correlated with religious prejudice. However, previously demanded to elaborate and know evidence of validity of the Religious Tolerance Scale (RTS). Participated were 200 high school students in a public school in Joao Pessoa (PB), with a mean age of 17 years ( $sd = 2.12$ ), mostly females (58%). They answered the RTS, the Basic Values Survey and demographic questions. Results indicated a negative correlation of the excitement and suprapersonal sub-functions with the scores on the general factor of religious prejudice. Moreover, there was a positive correlation of these scores with the frequency with young people participated in activities of their church. These findings were discussed based on the classical conception of prejudice, highlighting the importance of the functionalist theory of value to explain it. Finally, we stress the importance of religious education as an alternative to alleviate this type of prejudice.

*Keywords:* prejudice; religion; values; functionalist theory.

### **INTRODUÇÃO**

A temática do preconceito se constituiu uma das áreas mais estudadas nas ciências sociais, conforme observa Oskamp (2000). No que diz respeito à associação entre religiosidade e preconceito, encontram-se alguns estudos na literatura. Por exemplo, Vanecko (1967) investigou em que medida os índices de religio-

sidade estavam associados com o preconceito em relação a negros, judeus e protestantes; e Malone (1998) estudou as atitudes de estudantes australianos em relação às religiões. Não obstante, no contexto brasileiro esta temática ainda carece de maior consideração, apesar de serem constatados, no cotidiano, atos de intolerância no relacionamento inter-religioso.

---

\* Endereço para correspondência: Thiago Antonio Avellar de Aquino - logosvitae@ig.com.br

Embora as religiões promovam ideais de “comunhão” e “reconciliação” entre as pessoas, é possível que elas contribuam para aumentar as atitudes discriminatórias de alguns de seus membros (Spilka, Hood, Hunsberger, & Gorsuch, 2003). Este aspecto é contrário ao Artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos humanos (ONU, 1948), que estabelece o seguinte:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Ainda que todas as pessoas tenham a liberdade de manifestar seus credos religiosos, na história da humanidade podem ser constatados diversos exemplos de intolerância religiosa. Por sua vez, tais atos discriminatórios podem ser concebidos na categoria de preconceito, pois, segundo Brown (2004, p. 481), este seria definido como “uma atitude depreciativa ou um conjunto delas frente a todos ou muitos dos membros de um grupo”. Esta concepção é coerente com o que, meio século antes, Allport (1954) designou como preconceito: “antipatia baseada sobre uma generalização errônea e inflexível” (p. 9).

Apesar de o preconceito envolver cognições, emoções e comportamentos de indivíduos, ele é, sobretudo, um processo grupal, isto é, consiste em uma atitude negativa dirigida para outro grupo, decorrente da luta social pelo poder (Fernandes, Costa, Camino, & Mendonza, 2007). Nesta linha de pensamento, Rodrigues, Assmar e Jablonski (2000) admitem que o preconceito abarca uma atitude, pois trata de afetos e comportamentos baseados em crenças negativas frente a um determinado grupo, sendo o estereótipo sua base cognitiva. Os autores anteriormente citados ainda distinguem preconceito e discriminação, considerando que este último se refere ao elemento comportamental.

Aronson, Wilson e Akert (2002) concordam que o preconceito é uma atitude, constituída por três componentes: um afetivo ou emocional, um cognitivo e um comportamental. Portanto, o preconceito se refere à estrutura geral da atitude, porém é admitida a força maior do componente afetivo. No caso do componente cognitivo, este seria mais preponderante ou constitutivo dos estereótipos, envolvendo crenças ou pensamentos generalizados e comumente distorcidos acerca de um grupo, cujas características semelhantes são a

base para a generalização a todos os seus membros, sem levar em conta as condições realmente existentes. Neste sentido, as crenças estereotipadas resultam frequentemente em tratamento injusto ou discriminação, que se constitui no componente comportamental. Mas, e como se daria o preconceito no âmbito religioso, presumindo que as religiões procuram promover princípios igualitários?

## Preconceito no Contexto Religioso

No que concerne ao preconceito religioso, Kampling (2009) considera que este pode abranger desde um sentimento de antipatia até um comportamento de violência. Este autor concebe algumas demarcações do que seria o preconceito religioso: (1) pode ser direcionado para aqueles que não participam do grupo religioso; (2) compreende uma antipatia ou aversão para determinadas práticas religiosas de grupos minoritários; (3) sugere que as religiões pré-modernas deveriam ser abandonadas; e (4) pode se relacionar com o preconceito étnico-religioso, endereçado às religiões ditas “primitivas” ou animistas.

Coerente com a concepção anteriormente descrita, Dalgalarrondo (2008) afirma que a religiosidade também pode apresentar efeitos negativos, isto é, promover o preconceito e a discriminação. Destarte, pode gerar a ideia de hierarquia, sugerindo grupos superiores e inferiores, estimulando atitudes e comportamentos preconceituosos. De fato, como assevera Stephen (1985), um dos elementos fundamentais para a eclosão do preconceito é a diferenciação intergrupo, definido como o grupo de pertencimento (*ingroup*) aquele com o qual o indivíduo se identifica, e como o outro grupo (*outgroup*) o que não se identifica ou não tem qualquer afinidade.

Segundo Tajfel (1982), a razão pela qual as pessoas são motivadas a tratar seu grupo (*ingroup*) de forma especial e o grupo dos demais (*outgroup*) com sentimentos negativos (tratamento injusto) pode estar relacionada com a autoestima. Neste sentido, sugere que a autoestima do indivíduo é aumentada na medida em que ele considera seu grupo como superior aos demais. Assim, por exemplo, para um participante da igreja protestante não é suficiente acreditar que sua religião deva ficar separada do candomblé; com o fim de que se sinta melhor consigo mesmo, este indivíduo precisa se convencer da superioridade de sua religião. Deste modo, poderá tratar os indivíduos de outras religiões de maneira discriminatória, criando um viés de favorecimento de seu *ingroup*, fazendo atribuições

preconceituosas dos demais, por exemplo, atribuindo a outra religião a condição de ser “algo do demônio”.

De forma geral, aceita-se que o preconceito consiste em um processo intergrupar, que está relacionado com o grupo de pertença de uma pessoa, considerado mais favorável, e outro grupo, que é depreciado (Stephen, 1985). Portanto, envolve a afiliação grupal e está vinculado ao binômio identificação-rejeição (Brown, 1995; Brown & Zagefka, 2005). Coerente com este pensamento, constata-se que alguns membros de igrejas pentecostais apresentam intolerância crescente para com membros de religiões afro-brasileiras, empreendendo desde ataques verbais às cerimônias e aos símbolos desta religião até a agressão física aos seus participantes (Silva, 2007).

Segundo Jessen (2001), a crença de que no Brasil, por ser constituído por uma sociedade pluriétnica, teria uma democracia racial gerou a ideia distorcida de que não existiriam preconceitos religiosos. Contrariamente, no que diz respeito à filiação religiosa, Oro (2007) afirma que membros de religiões como católica, evangélica e pentecostais geralmente atribuem uma identidade demoníaca àquelas afro-brasileiras. Ademais, a “demonização” destas religiões é, sobretudo, uma característica da Igreja Universal do Reino de Deus, como assinala Giumbelli (2007). De acordo com esse autor, segundo ensinamentos dessa Igreja, “oferecer manjares às entidades, acender velas para almas, consultar os búzios, se relacionar com orixás, exus e guias equivalem a um conúbio com o diabo” (p. 163).

Santos (2010) advoga que o preconceito em relação às religiões afro-brasileiras envolve também questões raciais. Assim, por meio de análise de discurso, encontrou afirmações racistas por parte de líderes religiosos, os quais concebiam a cultura negra e africana como inferior. Caputo (2010) observou esta mesma relação com crianças e jovens pertencentes ao candomblé. A propósito, descreve a seguinte passagem: “Joyce (nome fictício), de 13 anos, dizia: *Sou do candomblé, mas na escola não entro com meus colares e guias, digo que sou católica porque na escola sinto vergonha. Também só vou para escola de camisa de manga cumprida para esconder as curas. Na rua já me disseram: é negra! Só podia ser macumbeira*” (p. 172).

Segundo Caputo (2010), as estratégias que as crianças e os jovens do candomblé utilizam para ‘tornarem-se invisíveis’ é constituída de forma dolorosa. A autora exemplifica bem este caso, quando realizou as

entrevistas com os professores destes jovens. Perguntados se tinham conhecimento sobre crianças de candomblé estudando na escola, 65% responderam que nunca pensaram sobre isso, porque não acreditavam que existissem crianças desta religião na escola; na fala de um dos professores: “*Não temos crianças com esse problema aqui na escola*” (p. 173). Mais preocupante foi que 35% dos professores afirmaram que achavam um absurdo que as crianças praticassem o candomblé; em uma das entrevistas, por exemplo, afirmou-se o seguinte: “*As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais frequentam*” (p. 174).

Mas, qual a explicação para o preconceito religioso? Seguramente não existe uma única resposta. Entretanto, é possível que os valores humanos joguem um papel importante, uma vez que a promoção de princípios igualitários e menos preconceituosos é fundamentada em prioridades axiológicas (Martínez, Paterna, & Gouveia, 2006). Ademais, como afirma Rokeach (1973), os valores podem determinar comportamentos e atitudes, o que justifica a pertinência deste construto para compreender o preconceito religioso. Antes de considerar evidências empíricas a respeito, demanda-se esclarecer como os valores são concebidos neste estudo.

### Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

Ainda que se constatem vários modelos teóricos acerca dos valores (Rokeach, 1973; Schwartz, 1994), o presente artigo priorizou a perspectiva da *Teoria funcionalista dos valores*, considerando seu caráter integrador e parcimonioso (Gouveia, Fonseca, Milfont, & Fischer, 2011). Destaca-se, ademais, seu valor explicativo de atitudes e comportamentos sociais, a exemplo de atributos desejáveis do parceiro ideal (Gouveia et al., 2010), adesão a códigos morais (Guerra, 2009), crenças e ideações suicidas (Aquino, 2009) e preferência musical (Boer, 2009; Pimentel, 2004).

De acordo com esta teoria, os valores humanos são conceituados segundo duas funções psicológicas principais, isto é, servem como princípios-guia (critérios de orientação) para os comportamentos das pessoas e expressam suas necessidades (Gouveia, 2003; Gouveia, Milfont, Fischer, & Santos, 2008). Estas funções dão origem a duas dimensões: *tipo de orientação* (pessoal, central e social) e *tipo de motivador* (idealista e materialista), cujo cruzamento permite identificar seis subfunções valorativas:

*Subfunção experimentação.* Representa a necessidade de prazer ou hedonismo, geralmente evidenciada em pessoas mais jovens e menos conformistas, e naquelas que estão mais abertas às mudanças e inovações. É definida como um motivador idealista, traduzindo uma orientação pessoal. Seus valores representantes são *emoção, prazer e sexualidade*.

*Subfunção realização.* Representa a necessidade de autoestima dos indivíduos, especialmente ativada em jovens adultos em idade produtiva. Esta subfunção tem um motivador materialista, correspondendo a uma orientação pessoal. Os valores que a representam são *êxito, poder e prestígio*.

*Subfunção existência.* Está relacionada com o suprimento das necessidades básicas dos indivíduos. Representa o motivador materialista e uma orientação central, indicando que em situação de escassez as pessoas se orientam por tais princípios. Os valores que a representam são *estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência*.

*Subfunção suprapessoal.* Está vinculada às necessidades de estética, conhecimento e autorrealização; esta subfunção compreende uma orientação central, porém um motivador idealista. As pessoas guiadas por seus valores costumam ser maduras, orientadas por princípios universalistas e igualitários, endossando mudanças sociais. Fazem parte desta subfunção os valores *beleza, conhecimento e maturidade*.

*Subfunção interativa.* Reflete as necessidades de pertença, amor e afiliação, manifestas em indivíduos que valorizam as relações interpessoais. Esta subfunção cumpre uma orientação social, representando um motivador idealista. Os valores que a representam são *afetividade, apoio social e convivência*.

*Subfunção normativa.* Esta subfunção representa a necessidade de controle, sendo representada por valores que endossam a obediência à autoridade, objetivando preservar o *status quo* da cultura e sociedade. Ela cumpre uma orientação social, porém expressando um motivador materialista. É representado pelos valores *obediência, religiosidade e tradição*.

É importante salientar três aspectos deste modelo (Gouveia, 2003; Gouveia et al., 2010, 2011): (1) a origem ou a base dos valores se encontra nas subfunções *existência* e *suprapessoal*. Estas representam valores centrais por traduzirem o eixo de necessidades que vão das mais básicas (fisiológicas) às mais avançadas (autorrealização), respectivamente. Portanto,

quem se orienta por tais subfunções não se prendem a orientações pessoais ou sociais, quer seja por estar envolvido com garantir sua existência ou por pensar em termos mais universais; (2) o conteúdo das subfunções deve se ater ao seu significado, isto é, cada subfunção é pensada como um construto latente, que pode ser operacionalizado por múltiplos itens. Deste modo, os valores indicados para cada uma são descritores apenas, podendo ser substituídos de acordo com os interesses de pesquisa; e, finalmente, (3) a estrutura dos valores não pressupõe conflitos entre eles, mas graus de congruência; confia-se que pessoas maduras ou mais velhas apresentem um sistema valorativo integrado, denotado por correlações fortes entre todas as subfunções.

### Estudos Empíricos sobre Valores e Preconceitos

O estudo de Vasconcelos, Gouveia, Souza Filho, Sousa e Jesus (2004) procurou identificar o perfil valorativo de pessoas preconceituosas. No caso, estes autores indicaram que tais pessoas tendem a privilegiar benefícios pessoais acima dos interesses coletivos, caracterizando-se por dar importância a valores como *êxito e poder*, que focam em interesses pessoais e têm motivador materialista, primando por manter relações de desigualdade para obter benefícios.

Gouveia et al. (2006), utilizando a *Escala de Motivação Interna e Externa para Responder Sem Preconceito Frente a Negros*, observaram correlações positivas entre o fator motivação intrínseca desta medida, indicando de baixo preconceito, e as subfunções valorativas *suprapessoal* ( $r = 0,23, p < 0,001$ ) e *interativa* ( $r = 0,20, p < 0,001$ ). Em outro estudo sobre sexismo ambivalente, isto é, avaliações negativas sobre o gênero feminino, constatou-se que as pontuações na subfunção *suprapessoal* se correlacionaram inversamente com este tipo de preconceito ( $r = -0,17, p < 0,01$ ), indicando que quanto maior a pontuação nesta subfunção menor o preconceito (Belo, Gouveia, Raymundo, & Marques, 2005).

Martínez et al. (2006) estudaram a relação dos valores humanos com indicadores de preconceito (atitudes não preconceituosas e intenção de manter contato) em relação aos ciganos no contexto espanhol. Consistentemente, observaram que as pontuações das pessoas nestes dois indicadores estavam diretamente correlacionadas ( $p < 0,01$ ) com as subfunções *suprapessoal* ( $r = 0,27$  e  $0,29$ , respectivamente) e *interativa* ( $r = 0,28$  e  $0,19$ , respectivamente), e inversamente com *realização* ( $r = -0,19$  e  $0,24$ , respectivamente).

Segundo Gómez e Huici (2006), os estudos recentes consideram que o preconceito e o racismo estão relacionados com o componente valorativo atribuído às minorias étnicas, posto que a rejeição estaria associada com a concepção de que os grupos minoritários transgridem os valores mais essenciais dos grupos majoritários. Nesta perspectiva, Cunha (2010) assevera que tanto o catolicismo como o protestantismo relacionam as religiões não cristãs e não judaicas com a idolatria, podendo favorecer o preconceito religioso e a consequente discriminação de seus membros.

Tendo em vista as considerações supracitadas, o objetivo principal deste estudo foi conhecer a relação entre os valores humanos e o preconceito religioso em estudantes do ensino médio. Neste sentido, tendo em vista não ter sido encontrada qualquer medida acerca deste construto no contexto brasileiro, foi inicialmente necessário construir e conhecer evidências de validade uma escala sobre preconceito e discriminação religiosa. Este estudo foi pautado na hipótese de que determinados valores podem promover ou inibir o preconceito, restando conhecer quais, em que magnitude e direção isso ocorre especificamente no caso do preconceito religioso.

## MÉTODO

### Participantes

Fizeram parte desta pesquisa 200 estudantes do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino de João Pessoa (PB), distribuídos entre o primeiro ( $n = 61$ ), segundo ( $n = 68$ ) e terceiro ( $n = 71$ ) anos. Estes tinham idade média de 17 anos ( $dp = 2,12$ ), sendo a maioria do sexo feminino (58%). No que diz respeito à autoatribuição religiosa, 108 se denominaram católicos, 45 evangélicos, 15 protestantes, oito cristãos, seis não tinham religião, quatro testemunhas de Jeová, um budista e um espírita; doze participantes não responderam esta pergunta.

### Instrumentos

Os participantes receberam um livreto composto pelos seguintes instrumentos:

*Escala de Tolerância Religiosa (ETR)*. Este instrumento foi construído de forma intuitiva pelos autores deste artigo, procurando medir o nível de (in)tolerância religiosa, indicativo do grau de preconceito religioso. Esta foi composta por uma estória hipotética acerca de um conflito inter-religioso entre um casal de namorados com religiões diferentes. O cenário foi descrito da seguinte maneira:

*Carlos conhecia Maria há vários anos, pois estudavam na mesma escola e participavam juntos de atividades esportivas e culturais. Maria resolveu iniciar um namoro com Carlos, até que, no dia 8 de dezembro, feriado religioso da cidade, Maria, que era evangélica, convidou-lhe para participar de um culto em sua Igreja. Para sua surpresa, Carlos disse que não poderia ir, pois iria participar da festa de Iemanjá, justificando que era adepto de religião afro-brasileira há vários anos, e que iria fazer as suas oferendas naquele dia. O que Maria deveria fazer?*

Após a descrição do cenário, foram dispostas onze afirmações referentes ao que a namorada deveria fazer (por exemplo, Evitar os encontros com Carlos; Considerar a possibilidade de se casar com Carlos, e seus filhos escolheriam a religião que quisessem). Como critérios para a elaboração dos itens, levaram-se em conta os princípios de pertinência, clareza, objetividade e elegância. Os itens foram respondidos em escala de cinco pontos, tipo Likert, variando de **1** = Discordo totalmente a **5** = Concordo totalmente.

*Questionário de Valores Básicos (QVB; Gouveia, 2003; Gouveia et al., 2008)*. Compõe-se de dezoito itens (valores específicos) distribuídos nas seis subfunções psicossociais: *experimentação* (emoção, prazer e sexual), *realização* (êxito, poder e prestígio), *existência* (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência), *suprapessoal* (beleza, conhecimento e maturidade), *normativa* (obediência, religiosidade e tradição) e *interativa* (afetividade, apoio social e convivência). O participante deve ler cada valor e indicar em que medida o considera importante como um princípio-guia em sua vida, utilizando escala de resposta de sete pontos, variando de **1** = *Totalmente não importante* a **7** = *De extrema importância*.

*Questionário Demográfico*. Constitui de uma descrição dos aspectos referentes aos participantes da pesquisa, tais como: sexo, idade, escolaridade, religião, grau de importância da religião e frequência de participação em atividades de igreja / templo, sendo as respostas dadas em escala de seis pontos, variando de **0** = *Nunca* a **5** = *Diariamente*.

### Procedimento

Após a permissão do professor responsável pela disciplina, os pesquisadores se apresentaram e solicitaram a participação voluntária dos estudantes. Os que concordaram o fizeram em contexto coletivo de sala

de aula, porém respondendo individualmente. Forne-  
ceram-se as informações necessárias para responder  
os instrumentos, esclarecendo que seria assegurado o  
anonimato da participação. Coerente com os princí-  
pios éticos em pesquisa com seres humanos, esclare-  
ceu-se que os participantes poderiam deixar o estudo a  
qualquer momento, sem penalização.

Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Éti-  
ca em Pesquisa com Seres Humanos, do Hospital  
Universitário Lauro Wanderley, Universidade Federal  
da Paraíba (Protocolo nº 288/10). O tempo médio de  
resposta foi de aproximadamente 15 minutos.

### Análise dos Dados

Para a tabulação e análises dos dados foi utilizado  
o programa *PASW* (versão 19). Com o fim de checar a  
estrutura fatorial da medida de preconceito religioso,  
efetuou-se uma análise de Componentes Principais  
(*CP*). Segundo Pasquali (1997), a validade de construto  
de um instrumento é averiguada por meio da mag-  
nitude das saturações dos itens representativos do  
traço latente do constructo de interesse; neste caso, o  
traço latente foi o do preconceito religioso. Para aver-  
iguar a consistência interna do(s) fator(es) resultan-  
te(s), considerou-se o alfa de Cronbach. Por fim, com  
o propósito de conhecer os correlatos valorativos do

preconceito religioso, calcularam-se coeficientes de  
correlação de Pearson.

## RESULTADOS

Tendo em conta os objetivos deste estudo, procu-  
rou-se organizar os resultados de modo a torná-los  
clara e logicamente compreensíveis pelos leitores.  
Neste sentido, primeiramente são apresentadas evi-  
dências psicométricas acerca do instrumento de pre-  
conceito religioso; e, posteriormente, as correlações  
entre valores e indicadores de preconceito religioso.

### Estrutura Fatorial e Consistência Interna da Medida de Preconceito Religioso

Inicialmente, verificou-se a adequação de realizar  
uma análise de componentes principais (*CP*), o que  
foi plenamente atestada por meio dos seguintes indi-  
cadores:  $KMO = 0,86$  e *Teste de Esfericidade de Bar-  
lett*,  $\chi^2(55) = 966,99$ ,  $p < 0,001$ . Portanto, a matriz de  
correlações interitens se mostrou fatorializável, optan-  
do-se por realizar uma *CP* sem fixar previamente o  
número de fatores a extrair. Utilizando do critério de  
Cattell, isto é, distribuição gráfica dos valores pró-  
prios (*scree plot*), pareceu plausível assumir uma es-  
trutura com um ou dois fatores (Figura 1).

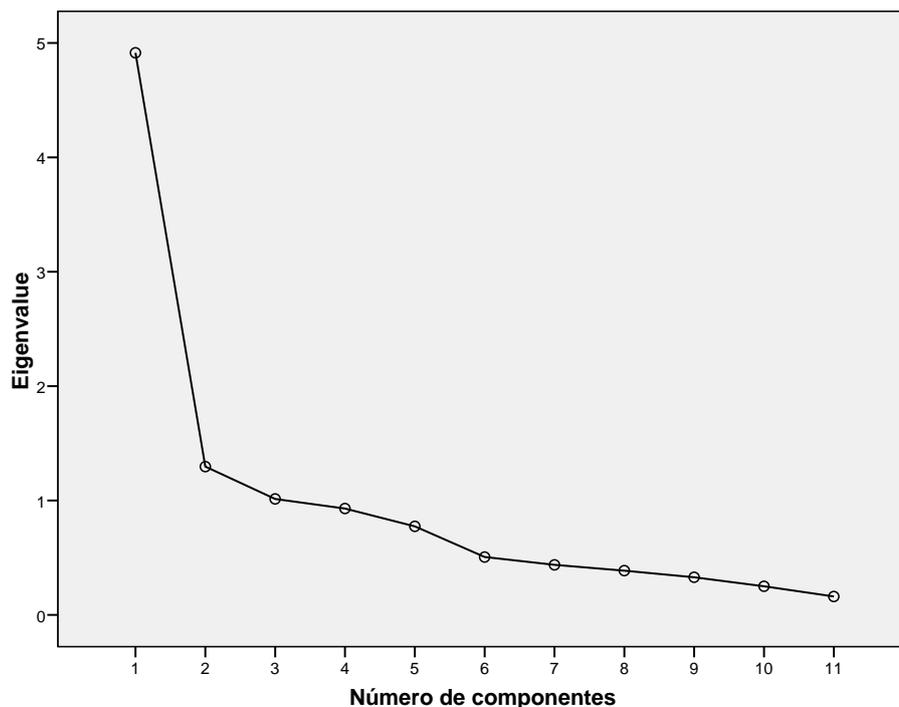


Figura 1. Distribuição gráfica dos valores próprios.

Lendo o conteúdo dos itens do segundo componente em que saturava, foi possível observar uma estrutura com um único fator, que se revelou mais congruente e parcimoniosa, sendo mais facilmente interpretá-

vel. De fato, dos onze itens que inicialmente compunham este instrumento, dez apresentaram saturações (cargas fatoriais) superiores a  $|0,40|$ . Os resultados correspondentes são mostrados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1.  
*Análise de Componentes Principais da Escala de Tolerância Religiosa*

Conteúdo dos Itens	Saturação
02. Terminar o namoro e procurar outra pessoa de sua religião	<b>0,84</b>
09. Pensar em se casar com Carlos, apesar da diferença religiosa	<b>-0,84</b>
08. Continua namorando com Carlos, mesmo que ele permaneça com sua religião	<b>-0,82</b>
05. Tentar converter Carlos para a sua religião	<b>0,76</b>
01. Evitar os encontros com Carlos	<b>0,75</b>
06. Orar para Carlos mudar suas idéias/convicções religiosas	<b>0,73</b>
04. Insistir no convite até que Carlos aceite ir ao culto	<b>0,63</b>
10. Os futuros filhos serão criados na igreja da mãe	<b>0,51</b>
03. Cortar a amizade com Carlos	<b>0,49</b>
11. Os futuros filhos poderão escolher a religião que quiserem	<b>-0,43</b>
07. Deixar de ir ao culto e acompanhar Carlos na sua prática religiosa	0,28
Número de itens	10
Valor próprio ( <i>eigenvalue</i> )	4,91
% Variância explicada	44,68
alfa de Cronbach	0,88

Nota: Itens em negrito foram os selecionados para compor a pontuação total de preconceito religioso,  $|0,40|$ .

O fator geral de preconceito religioso apresentou valor próprio (*eigenvalue*) de 4,91, sendo responsável por explicar 44,7% da variância total. As saturações (cargas fatoriais) de seus itens variaram de 0,43 (**Item 11. Os futuros filhos poderão escolher a religião que quiserem**) a 0,84 (**Item 2. Terminar o namoro e procurar outra pessoa de sua religião**). A pontuação total, correspondendo ao somatório dos dez itens selecionados (três saturaram negativamente, tendo sido invertidas suas pontuações), apresentou média de 29,2 ( $dp = 4,52$ ; amplitude de 14 a 40 pontos, indicando maior pontuação mais preconceito religioso). Este fator geral apresentou alfa de Cronbach de 0,88. Portanto, parecem existir evidências de validade de construto (validade fatorial e consistência interna) da *Escala de Tolerância Religiosa*, justificando seu uso, por exemplo, com o fim de conhecer seus correlatos.

### Valores, Preconceito Religioso, Religiosidade e Práticas Religiosas

Quanto aos correlatos valorativos do preconceito religioso, procurou-se conhecer em que medida e direção as subfunções dos valores se correlacionariam com as pontuações neste indicador de preconceito. No caso, unicamente três destas subfunções o fizeram,

como seguem: *interativa* ( $r = -0,15, p < 0,05$ ), *suprapessoal* ( $r = -0,18, p < 0,05$ ) e, mais fortemente, *experimentação* ( $r = -0,33, p < 0,001$ ). Todas estas subfunções se pautam em valores que cumprem um motivador *idealista*; a primeira se centra em valores como *afetividade, apoio social e convivência*, cuja orientação é *social*; a segunda tem em conta valores como *emoção, prazer e sexualidade*, enfocando uma orientação *pessoal*; e a terceira, por sua vez, é definida por valores como *beleza, conhecimento e maturidade*, representando uma orientação *central*. As demais correlações foram fracas, não superando 0,10 ( $p > 0,05$ ).

Procurou-se também conhecer se as prioridades valorativas se correlacionariam com o grau de religiosidade autopercebida dos participantes e a frequência com que estes se envolviam em atividades de sua igreja. De forma consistente, unicamente as subfunções *experimentação* e *normativa* se correlacionaram com tais variáveis. Especificamente, pessoas que deram maior importância a valores de *experimentação* se perceberam como menos religiosas ( $r = -0,15, p < 0,05$ ) e indicaram participarem menos em atividades de sua igreja ( $r = -0,27, p < 0,001$ ); um padrão contrário foi observado para aqueles que priorizaram valores da

subfunção *normativa* ( $r = 0,34, p < 0,001$  e  $r = 0,20, p < 0,01$ , respectivamente), isto é, tais pessoas foram mais prováveis se definirem como religiosas e indicar participação maior em atividades correspondentes.

A autopercepção do quão religiosa a pessoa é e a frequência com que indica participar de atividades de sua igreja se correlacionaram diretamente entre si ( $r = 0,42, p < 0,001$ ). Além disso, ambas se correlacionaram diretamente com o indicador de preconceito religioso, como seguem: religiosidade autopercebida ( $r = 0,19, p < 0,01$ ) e participação em atividades da igreja ( $r = 0,36, p < 0,001$ ). Portanto, quando mais religioso e integrado com sua religião, maior o preconceito religioso informado frente à matriz religiosa afro-brasileira. Estes resultados parecem ter pouco a ver com diferença de sexo, pois as pontuações médias das pessoas em preconceito religioso de acordo com seu sexo não apresentou qualquer diferença, isto é, as médias de homens ( $m = 27,1, dp = 7,96$ ) e mulheres ( $m = 26,5, dp = 8,15$ ) foram equivalentes ( $t < 1, p > 0,05$ ).

## DISCUSSÃO

O presente estudo procurou principalmente conhecer em que medida os valores estariam correlacionados com o preconceito religioso. Confia-se que este tenha sido alcançado, embora possam ser levantadas limitações potenciais deste estudo. Inicialmente, destaca-se que a amostra foi escolhida por conveniência e de uma única escola pública de bairro da periferia, tornando inviável a generalização dos achados para além do escopo da pesquisa; deve-se, assim, encará-los como um indicativo que poderá ou não ser confirmado em estudos futuros. Entretanto, a congruência dos achados com o que se esperaria, de acordo com a literatura, faz pensar em sua adequação, demandando discuti-los mais pormenorizadamente. Destaca-se, ainda, o tamanho adequado da amostra, mesmo para procedimentos estatísticos mais sofisticados (Watkins, 1989).

Embora não tenha sido o foco principal deste estudo, não se pode perder de vista sua contribuição ao apresentar um instrumento para o preconceito religioso direcionado a matriz afro-brasileira. Esta medida reuniu evidências de validade de construto, isto é, validade fatorial e consistência interna. Por exemplo, as cargas fatoriais dos itens no fatorial geral de preconceito estiveram acima de  $|0,40|$ , que tem sido comumente exigido (Clark & Watson, 1995; Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2006), e o alfa de Cronbach

superou ponto de corte mais exigente (0,70; Lance, Butts, & Michels, 2006). Deste modo, os pesquisadores interessados nesta temática dispõem de uma medida psicometricamente adequada, que tem a vantagem de contar com poucos itens. Restará em estudos futuros, não obstante, conhecer evidências complementares de sua validade de construto, por exemplo, avaliando sua validade discriminante em relação à desejabilidade social, e mesmo o quanto esta medida é estável ao longo do tempo, realizando procedimento de teste-reteste. Outro fator relevante é que esta medida pode ser facilmente adaptada para outras matrizes religiosas, bastando mudar o cenário descrito.

Já ao que se refere à associação entre valores e preconceito, o presente estudo confirmou os resultados de outras pesquisas que encontraram correlações com as subfunções *suprapessoal* e *interativa* como inibidoras de preconceito (Belo et al., 2005; Gouveia et al., 2006; Martínez et al., 2006). Contudo, não tem sido tão evidente sua relação com *experimentação*, como se demonstrou na presente pesquisa; porém, conforme foi verificado, esta subfunção agiu como inibidora de preconceito religioso. É importante destacar que estas três subfunções representam motivadores humanitários, fazendo com que as pessoas que se pautem por elas assumam critérios mais universalistas, menos limitados a questões imediatas e práticas, facilitando mudanças sociais. A propósito, no caso do preconceito religioso, se um casal decide iniciar um relacionamento e um deles apresenta uma religiosidade de matriz afro-brasileira, isso pode significar uma mudança na estrutura da sociedade. Desta forma, compreende-se que as pessoas que privilegiam tais subfunções apresentem menores pontuações na medida deste tipo de preconceito, uma vez que estariam mais abertas ao diferente, aceitando a convivência com o outro que não compartilha sua religião.

As correlações dos valores com a religiosidade e a frequência de participação em atividades da igreja também foram na direção que se esperaria. No caso, a adesão a valores da subfunção *normativa* está estreita e diretamente relacionada com tais indicadores de religiosidade, promovendo a manutenção do *status quo*. Contrariamente, aqueles que se pautam por valores de *experimentação* são menos prováveis apresentar padrões religiosos convencionais (Gouveia et al., 2011). Estes achados são evidentes na meta-análise levada a cabo por Saroglou, Delpierre e Dernelle (2004), que consideraram 21 amostras de 15 países ( $n = 8.551$ ). Portanto, endossar práticas religiosas tradicionais parece mais consistente para pessoas que se

guiam por valores *normativos*; os que se guiam por valores de *experimentação*, mesmo sendo aberto às diferenças religiosas, não se submetem a práticas recorrentes de religiosidade ou de expressão de fé.

Finalmente, esta pesquisa também apontou associações positivas da religiosidade autopercebida e do envolvimento em atividades da igreja com o grau de preconceito religioso. Este achado poderia ser esperado, de acordo com Hunsberger e Jackson (2005), pois, como asseveram, as religiões fornecem uma estrutura para compreensão e interpretação do mundo. Portanto, a forma como as pessoas pensam sobre as religiões pode ter implicações para suas atitudes intergrupais; assim, os ensinamentos religiosos derivados da participação em reuniões e cultos poderiam implicar em atitudes negativas com relação a religiões consideradas minoritárias, como as afro-brasileiras. Neste contexto, Gomes (1998) alerta para os cuidados que se deve ter com a introdução do ensino religiosos nas escolas e, principalmente, com quem vai lecionar determinada disciplina. Segundo este autor, com o esvaziamento dos templos, “os catequistas” de várias religiões podem buscar agora a clientela acessível e disponível nos bancos e salas da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o anteriormente descrito, os valores humanos são um construto importante para compreender a intolerância ou o preconceito religioso. Possivelmente, eles podem ser considerados no processo de ensinamento da religião com o intuito de promover a tolerância e o diálogo inter-religioso. Neste contexto, de acordo com os achados deste estudo, poder-se-ia primar por valores vinculados com ideais humanitários (Gouveia et al., 2011), que têm promovido menos preconceito e reduzido a discriminação religiosa; tais valores favorecem um espírito aberto, aceitando diferenças e garantindo a igualdade entre as pessoas, sem necessariamente promover a ruptura com o *status quo* da sociedade.

Grupos religiosos minoritários podem ser encarados como ameaçadores de valores que garantem a estabilidade e a ordem (por exemplo, valores da subfunção normativa), e isso pode levar pessoas de grupos majoritários que os endossam a comportamentos discriminatórios motivados pela intolerância e inflexibilidade cognitiva. Por outro lado, pessoas que aderem a valores das subfunções *experimentação* e *suprapessoal* podem ser mais flexíveis e menos conformistas, não se atendo a padrões convencionais, sendo menos

prováveis apresentarem atitudes preconceituosas com a singularidade de cada religião e, conseqüentemente, mostrarem-se mais tolerantes com as diferenças religiosas.

A partir dos achados da presente pesquisa, pode-se refletir sobre o papel da escola no que se refere ao preconceito religioso, já que o ambiente escolar deve formar o cidadão em sua totalidade. Conforme Passos (2007), o estudo e o ensino da religião podem aprimorar a cidadania e a humanização dos estudantes. Neste sentido, conforme assevera Teixeira (2007), “Deve-se, assim, evitar na prática pedagógica todo proselitismo e utilização de linguagem exclusivista, que transmitam preconceitos ou visão de superioridade de uma determinada tradição sobre as outras” (p.75). Esta educação pode passar por ensinar também valores humanos; sem eleger uns como mais importantes do que outros, pois todos têm papel fundamental na sobrevivência e desenvolvimento do homem e da sociedade (Gouveia et al., 2010, 2011), parece evidente a necessidade de resgatar os valores humanitários.

Coerente com o anteriormente dito, parece pertinente a implantação do ensino religioso laico nas escolas do ensino fundamental, como prescreve a *Lei nº 9.475/97* (Brasil, 1997), que prevê um ensino plural respeitando a diversidade religiosa da cultura brasileira e sem o caráter prosélito. Desta forma, tendo em vista os resultados da presente pesquisa, o componente curricular poderia estimular valores relacionados, sobretudo, com a subfunção *suprapessoal*, endossando o conhecimento, a descoberta de outras culturas religiosas, a apreciação da arte sacra de cada cultura religiosa e a maturidade necessária para não se ater a dicotomias, evitando pensar o mundo como uma divisão entre o *nós* (nossos, meu) e os *outros* (deles, seu). Portanto, estima-se de conhecer e fomentar a diversidade cultural religiosa poderá favorecer o convívio entre as pessoas de diferentes religiões, contribuindo para alcançar uma cultura de paz na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley
- Aquino, T. A. A. (2009). *Atitudes e intenção de cometer o suicídio: Seus correlatos existências e normativos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Aronson, E., Wilson, T., & Akert, R. (2002). *Psicologia social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Belo, R. P., Gouveia, V. V., Raymundo, J. da S., & Marques, C. M. C. (2005). Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 7-15.

- Boer, D. (2009). *Music makes the people come together: Social functions of music listening for young people across cultures*. Tese de Doutorado, Victoria University of Wellington, Nova Zelândia.
- Brasil, Ministério da Educação (1997). *Lei nº 9.475/97*, da nova redação ao artigo 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: *Diário Oficial da União*, 23 de julho e 1997, seção I.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.
- Brown, R. (2004). Intergroup relations. In M. Hewstone & W. Stroebe (Orgs.), *Introduction to social psychology* (3<sup>rd</sup> ed., pp. 479-518). Oxford, UK: Blackwell Publishing.
- Brown, R., & Zagefk, H. (2005). Ingroup affiliations and prejudice. Em J. F. Dovidio, P. Glick, & L. A. Rudman (Orgs.), *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 54-70). Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Caputo, S. G. (2010). Ogan, adósu, òjè, ègbónmí e ekedi. O candomblé também está na escola. Mas como? In A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas* (149-181). Petrópolis: Vozes.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale. *Psychological Assessment*, 7, 309-319.
- Cunha, M. do N. (2010). Religião e paz: Contribuições do movimento ecumênico à superação da violência e à construção da paz com justiça. In SOTER (Org.), *Religiões e paz mundial* (pp. 7-34). São Paulo: Paulinas.
- Dalgalarrodo, P. (2008). *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Porto Alegre: Artmed.
- Fernandes, S., Costa, J. B., Camino, L., & Mendonza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20, 490-498.
- Giombelli, E. (2007). Um projeto de cristianismo hegemônico. In V. G. Silva (Org.), *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* (pp. 149-169). São Paulo: Edusp.
- Gomes, A. L. (1998). Divisões da fé: As diferenças religiosas na escola. In J. G. Aquino (Org.), *Diferenças e preconceito na escola: Alternativas teóricas e práticas* (pp. 107-118). São Paulo: Summus Editorial.
- Gómez, Á., & Huici, C. (2006). Valores e redução do preconceito. Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 269-291). São Paulo: Senac.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 431-443.
- Gouveia, V. V., Fonseca, P. N., Gouveia, R. S. V., Diniz, P. K. C., Cavalcanti, M. F. B., & Medeiros, E. D. (2010). Correlatos valorativos de atributos desejáveis de um/a parceiro/a ideal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 166-175.
- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre: ArtMed.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Santos, W. (2008). Teoria funcionalista dos valores humanos. In M. L. M. Teixeira (Org.), *Valores humanos e gestão: novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo: Senac.
- Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Araújo, A. G. T., Guerra, V. M., & Sousa, D. F. M. (2006). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19, 422-432.
- Guerra, V. M. (2008). *Community, autonomy, and divinity: Studying morality across cultures*. Tese de Doutorado, Universidade de Kent, Inglaterra.
- Hair, J. F. Jr., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2006). *Análise multivariada* (A. S. Sant'Anna, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Hunsberger, B., & Jackson, L. M. (2005). Religion, meaning, and prejudice. *Journal of Social Issues*, 61, 807-826.
- Jessen, R. G. (2001). Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. *Revista de Estudos da Religião – REVER*. Retirado de [www.pucsp.br/rever/rv1\\_2001](http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001).
- Kamplung, R. (2009). Religious prejudice. Em A. Pelinka, K. Bischof & K. Storgner. (Eds.), *Handbook of prejudice* (pp. 154-180). Amherst, NY: Cambridge Press.
- Lance, C. E., Butts, M. M., & Michels, L. C. (2006). The sources of four commonly reported cutoff criteria: What did they really say? *Organizational Research Methods*, 9, 202-220.
- Malone, P. (1998). Religious education and prejudice among students taking the course studies of religion. *British Journal of Religious Education*, 21, 7-19.
- Martínez, M. C., Paterna, C., & Gouveia, V. V. (2006). Relevancia del modelo dual de valores en relación con el prejuicio y la intención de contacto hacia exogrupos. *Anales de Psicología*, 22, 243-250.
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Retirado de <http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm> em 23 jun. 2009.
- Oro, A. P. (2007). Intolerância religiosa e reações afro no Rio Grande do Sul. In V. G. Silva (Org.), *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* (pp. 29-69). São Paulo: Edusp.
- Oskamp, S. (2000). Multiple paths to reducing prejudice and discrimination. In S. Oskamp (Org.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 1-22). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: Teoria e aplicações*. Brasília, DF: Editora Universitária de Brasília.
- Passos, J. D. (2007). Ensino religioso: Mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In L. Sena (Org.), *Ensino religioso e*

- formação docente: Ciências da religião e ensino religioso em diálogo* (pp. 21-45). São Paulo: Paulinas.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos de risco*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human value*. New York: Free Press.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2000). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. L. O. (2010). *Raça e religião: Uma análise psicossocial dos discursos acerca das religiões afro-brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Saroglou, V., Delpierre, V., & Dernelle, R. (2004). Values and religiosity: A meta-analysis of studies using Schwartz's model. *Personality and Individual Differences, 37*, 721-734.
- Silva, V. G. (2007). Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: Os ataques neopentecostais as religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. Em V. G. Silva (Org.), *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* (pp. 9-28). São Paulo: Edusp.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues, 50*, 19-45.
- Spilka, B., Hood, R. W. Jr., Hunsberger, B., & Gorsuch, R. (2003). *The psychology of religion*. New York: Guilford.
- Stephen, W. G. (1985). Intergroup relations. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (Vol. 2, pp. 599-658). New York: Randon House.
- Tajfel, H. (1982). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Teixeira, F. (2007). Ciências da religião e “ensino do religioso”. In L. Sena (Org.), *Ensino religioso e formação docente: Ciências da religião e ensino religioso em diálogo* (pp. 63-77). São Paulo: Paulinas.
- Vanecko, J. J. (1967). Types of religious behavior and levels of prejudice. *Sociology of Religion, 28*, 111-122.
- Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Sousa, D. M. F., & Jesus, G. R. (2004). Preconceito e intenção em manter contato social: Evidências acerca dos valores humanos. *Psico-USF, 9*, 147-154.
- Watkins, D. (1989). The role of confirmatory factor analysis in cross-cultural research. *International Journal of Psychology, 24*, 685-701.

Recebido em 21/06/2012

Primeira Decisão Editorial em 12/12/2012

Aceito em 06/03/2013